

Alerta Legislação nº 36, de 05 a 10 set. 2016

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Prefeitura de São Paulo

- **DECRETO Nº 57.299, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016**
Regulamenta o procedimento eletrônico e simplificado para abertura, registro e alteração de empresas.

DESTAQUES

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
08/09/2016	<u>DECRETO DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Institui a Comissão Interministerial Brasil 200 Anos.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO <u>PORTARIA Nº 61, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de setembro de 2016 a 09 de outubro de 2016, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006 . (...) CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE AGOSTO DE 2016</u> Autoriza a realização da Quarta Rodada de Licitações de Campos Marginais.

<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 37, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam instituídos, em todo o território nacional, na forma desta Instrução Normativa, os critérios e procedimentos para o estabelecimento e manutenção do status fitossanitário relativo à praga do cancro cítrico, <i>Xanthomonas citri</i> subsp. <i>citri</i>, de: (...) PORTARIA Nº 171, DE 30 DE AGOSTO DE 2016 (...) Art. 1º Criar a Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - CDSA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no âmbito de sua Secretaria-Executiva. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016 (...) Art. 1º Ficam incorporados os requisitos fitossanitários para videira (<i>Vitis vinifera</i>), segundo País de Destino e Origem, para os Estados Partes do MERCOSUL, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa. (...)</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.581, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016</u> Aprova o projeto da empresa OCTAGON SOLAR ENERGIA RENOVÁVEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. para fins de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS). CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL (CONCEA) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Baixa as Diretrizes de Integridade e de Boas Práticas para Produção, Manutenção ou Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica.</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.008, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016(*)</u> Aprova o Regimento Interno da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) dos processos de avaliação institucional externa e de avaliação dos cursos de graduação das Instituições da Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e dá outras providências. (*) Republicada por ter saído no DOU no- 171, de 5-9-2016, Seção 1, páginas 16 a 18, com incorreção no original. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) <u>PORTARIA Nº 1.008, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016</u> Aprova o Regimento Interno da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, dos processos de avaliação institucional externa e de avaliação dos cursos de graduação das Instituições da Educação Superior - IES do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, e dá outras providências.</p>

	<p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 434, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Institui procedimentos para controle e atendimento das diligências e demandas de informações originárias dos órgãos de controle e dá outras providências.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 483, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º A Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina (Anasem), no ano de 2016, será aplicada aos estudantes do segundo ano do curso de graduação em Medicina como primeira etapa da avaliação progressiva. (...)</p> <p>SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>PORTARIA Nº 460, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a instauração de procedimentos de supervisão, a instrução de procedimentos já existentes e a constituição de Grupo de Trabalho, objetivando apurar, acompanhar e adotar as medidas necessárias em relação às irregularidades indicadas no Relatório da CPI da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco que investigou oferta irregular de educação superior nesse Estado.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) → Área de organização do sistema financeiro e controle de operações do crédito rural → Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rurais e do Proagro <u>CARTA-CIRCULAR Nº 3.778, DE 22 DE AGOSTO DE 2016(*)</u> Institui o Documento 6 do Manual de Crédito Rural (MCR). (*) Republicada por ter saído, no DOU de 24.8.2016, Seção 1, página 14, com incorreção no original</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o apoio institucional da Secretária da Receita Federal do Brasil ao Tribunal Superior Eleitoral nas atividades de verificação de contas de candidatos e partidos políticos.</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO Nº 32, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016</u> Estabelece procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 107, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016</u></p>

	<p>Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 199, de 26 de outubro de 2006, que dispõe sobre os medicamentos de notificação simplificada.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 111, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a autorização de uso excepcional, de caráter temporário, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do medicamento Avastin (25 mg/ml solução para diluição para infusão), no tratamento da Degeneração Macular Relacionada à Idade (DMRI).</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RDC Nº 110, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre regulamento técnico para produtos saneantes categorizados como água sanitária e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 109, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre regulamento técnico para produtos saneantes categorizados como alvejantes à base de hipoclorito de sódio ou hipoclorito de cálcio e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 108, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre os requisitos mínimos para inspeção em estabelecimentos que trabalham com produtos sujeitos a controle especial.</p> <p>FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) <u>PORTARIA Nº 654, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016</u> Estabelece critérios e procedimentos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros nas ações de implantação, ampliação ou melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água e implantação de Sistemas de Captação e Armazenamento de Água de Chuva em áreas rurais e comunidades tradicionais.</p> <p>SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>PORTARIA Nº 476, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016</u> Divulga a lista preliminar do processamento eletrônico da seleção de municípios, na segunda chamada da primeira fase, pelos médicos formados em instituição de educação superior brasileira ou com diploma revalidado no Brasil, inscritos para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos Edital/SGTES/MS nº 14, de 21 de julho de 2016.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera a Instrução Normativa nº 25, de 21 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Saneamento Básico, para o exercício de 2016.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera a Instrução Normativa nº 19, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes à área de Infraestrutura Urbana, para o exercício de</p>

	<p>2016.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 623, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos administrativos quanto à remoção, custódia e para a realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, nos termos dos arts. 271 e 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 622, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Estabelece o Sistema de Notificação Eletrônica.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 620, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera os incisos I, II e III, do art. 7º, da Resolução CONTRAN nº 590, de 24 de maio de 2016, que estabeleceu o sistema de Placas de Identificação de veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/14.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 619, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI)</p> <p><u>ENTENDIMENTO RECÍPROCO, POR TROCA DE NOTAS, ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO SOBRE ISENÇÃO DE VISTOS DE CURTA DURAÇÃO PARA PORTADORES DE PASSAPORTES COMUNS</u></p> <p><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO ENTRE O BRASIL E O MÉXICO"</u></p> <p><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO " FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL RELACIONADA A DESASTRES E POPULAÇÃO EXPOSTA - FASE II "</u></p>
<p>Ministério do</p>	<p>SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E</p>

<p>Desenvolvimento Social e Agrário (MDA)</p>	<p>NUTRICIONAL <u>PORTARIA Nº 37, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Estabelece a metodologia utilizada para a definição das metas de execução e dos limites financeiros a serem disponibilizados aos Municípios que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.</p>
<p>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDICS)</p>	<p>SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>CIRCULAR Nº 56, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) 1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 61, de 6 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 8 de setembro de 2011, aplicado às importações brasileiras de sal grosso que não seja destinado a consumo animal, inclusive humano, a ser utilizado na fabricação dos seguintes produtos, intermediários ou finais: cloro líquido, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, dicloroetano, soda cáustica, clorato de sódio ou carbonato de sódio (barrilha sintética), comumente classificadas no item 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República do Chile. (...) <u>CIRCULAR Nº 55, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) 1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 63, de 6 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 8 de setembro de 2011, aplicado às importações brasileiras de tubos de aço carbono, sem costura, de condução (line pipe), utilizados para oleodutos e gasodutos, com diâmetro de até cinco polegadas, comumente classificadas no item 7304.19.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China. (...)</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB) <u>PORTARIA Nº 108, DE 2 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Instituir o concurso de monografias IV Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal, com a finalidade de estimular estudos no tema, focando a produção sustentável no Brasil, os seus desafios e as perspectivas socioeconômicas e ambientais, e de criar um portfólio de estudos que contribuam para o avanço da capacidade do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), conforme regulamento publicado no site da Escola de Administração Fazendária (www.esaf.fazenda.gov.br). (...)</p>
<p>Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 257, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 449.102.200,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 256, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 27.300.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA Nº 255, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 3.183.554,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA Nº 254, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p>
Ministério do Turismo (MTur)	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 207, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica revogada a Portaria GM/MTur nº 228, de 3 de setembro de 2013, que instituiu o Programa Viaja Mais, o Projeto Viaja Mais Melhor Idade e dá outras providências. (...)</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
09/09/2016	<p><u>DECRETO Nº 62.182, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Atribui, em caráter temporário e não exclusivo, até 31 de dezembro de 2016, à Polícia Militar do Estado de São Paulo e ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP, a competência das atividades que especifica do Grupo Central de Transportes Internos, da Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações, da Secretaria de Planejamento e Gestão e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.179, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Altera dispositivos que especifica do artigo 7º do Decreto nº 54.359, de 20 de maio de 2009, que cria e organiza, na Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, o Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 62.178, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Cria, junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, a Unidade de Gerenciamento de Projeto responsável pelo “Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu e Barragens Pedreira e Duas Pontes” denominada UGP BG-PCJ, e dá providências correlatas</p>

	<p><u>DECRETO Nº 62.177, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a suspensão, no corrente exercício, da aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986, aos servidores em exercício na Secretaria da Administração Penitenciária que especifica e dá providências correlatas</p>
07/09/2016	<p><u>LEI Nº 16.303, DE 6 DE SETEMBRO DE 2016</u> (Projeto de lei nº 91/2016, do Deputado Feliciano Filho – PEN) Dispõe sobre criação de acesso no portal da Delegacia Eletrônica da Secretaria da Segurança Pública para atendimento de ocorrências envolvendo animais.</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Fazenda (SF)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 79, DE 06-09-2016 (REPUBLICAÇÃO)</u> Divulga os índices percentuais preliminares de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS, para aplicação no exercício de 2017, e fixa prazo para apresentação da impugnação (*) Republicada por incorreção</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 79, DE 06-09-2016</u> Divulga os índices percentuais preliminares de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS, para aplicação no exercício de 2017, e fixa prazo para apresentação da impugnação</p>
Saúde (SS)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS – 78, DE 5-9-2016</u> Estabelece a transferência, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa “Qualis Mais”, no exercício de 2017 e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 77, DE 5-9-2016</u> Dispõe sobre a Norma Técnica do Programa Estadual de Imunização do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
Secretaria de Segurança Pública (SSP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-91, DE 6-9-2016</u> Regulamenta o registro de Roubo, Furto e Apreensão de Bicicletas e cria cadastro de bicicletas subtraídas e apreendidas no Estado</p>
Defensoria Pública do Estado (DPE)	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO 16, DE 25-5-2009</u> (consolidado) Dispõe sobre a classificação dos Defensores Públicos em seus respectivos locais de atuação.</p>

	<p><u>ATO NORMATIVO 15, DE 28-5-2009</u> (consolidado) Define os padrões de lotação dos locais de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.</p> <p><u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 8-9-2016</u> Dispõe sobre a assistência jurídica a ser prestada pela Defensoria Pública na força-tarefa a ser realizada com a Secretaria de Assistência Penitenciária, objetivando a aplicação do Decreto Presidencial 8.615 de 23-12-2015, entre outros direitos previstos na Lei 7.210/84</p> <p>TERCEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO DO TERCEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 8-9-2016</u> Regulamenta a participação de Defensores Públicos no evento "1 Jornada de Cidadania e Empregabilidade", a se realizar na Penitenciária "Luis Aparecido Fernandes" de Lavínia/SP</p> <p><u>ATO DO TERCEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 0-9-2016</u> Abre inscrições para atuação de Defensores Públicos nos Centros de Integração e Cidadania - CIC - do Interior do Estado de São Paulo</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>10/09/2016</p>	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 693, DE 2016</u> Obriga os estabelecimentos públicos ou privados a dispor de aviso sonoro em sala de espera indicando nome de paciente e/ou número de senha chamada para percepção e/ou atendimento médico. DOE, Legislativo, 10/09/2016, p. 5</p>
<p>09/09/2016</p>	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 684, DE 2016</u> Restabelece vigência de diploma legal que especifica DOE, Legislativo, 09/09/2016, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 683, DE 2016</u> Obriga as empresas de ônibus intermunicipal do Estado de São Paulo a fixar placas contendo informação a respeito dos direitos do usuário em caso de transbordo de passageiro DOE, Legislativo, 09/09/2016, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 682, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir o regime especial para cumprimento de obrigações, e dá outras providências DOE, Legislativo, 09/09/2016, p. 4</p>
<p>07/09/2016</p>	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 680, DE 2016</u> Dispõe sobre unidades regionalizadas de perícias médicas aos servidores públicos estaduais</p>

	<p>DOE, Legislativo, 07/09/2016, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 677, DE 2016</u> Dispõe sobre a reserva de no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas de emprego na área da construção civil de obras públicas no Estado, para pessoas do sexo feminino DOE, Legislativo, 07/09/2016, p. 7</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 676, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o serviço "CIDADÃO ON-LINE" no âmbito do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 07/09/2016, p. 7</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2016</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal na Cidade de Guarujá, Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 07/09/2016, p. 7</p>
06/09/2016	<p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA, NOS TERMOS DAS INSTRUÇÕES VIGENTES, A RELAÇÃO DAS PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS QUE SOFRERAM PENAS EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OU CONTRATAÇÕES DE QUE PARTICIPARAM, NO(S) ÓRGÃO(S) A SEGUIR INDICADO(S). (...) DOE, Legislativo, 06/09/2016, p. 12</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
10/09/2016	<p><u>LEI Nº 16.542, DE 9 DE SETEMBRO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 422/12, DO VEREADOR AURÉLIO NOMURA – PSDB) Altera a redação do art. 6º e acrescenta art. 6º-A à Lei nº 10.072, de 9 de junho de 1986, que dispõe sobre a instalação de bancas de jornais e revistas em logradouros públicos, e dá outras providências.</p>
09/09/2016	<p><u>LEI Nº 16.541, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> (PROJETO DE LEI Nº 721/15, DO EXECUTIVO) Aprova plano de melhoramentos viários para o subsetor Arco Tietê da Macroárea de Estruturação Metropolitana.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.299, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Regulamenta o procedimento eletrônico e simplificado para abertura, registro e alteração de empresas.</p> <p><u>DECRETO Nº 57.298, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016</u> Dispõe sobre os empreendimentos considerados de baixo risco de que tratam os artigos 127 e 133 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016.</p>

--	--

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107